

Ações voltadas para a transferência de conhecimento sobre o público LGBT: experiência do Ambulatório de Especialidades Médicas de Itapeva

Actions aimed at transferring knowledge about the LGBT public: experience of the Itapeva Medical Specialty Outpatient Clinic

Josiane Gonçalves de Pontes^I, Ronaldo Bernardino dos Santos^{II}

Resumo

O artigo descreve a experiência vivenciada pelo Ambulatório Médico de Especialidades de Itapeva, centro de saúde de alta resolutividade que oferece consultas médicas em diversas especialidades, atendendo a 15 municípios da região do sudoeste paulista. É fato que temos uma diversidade de clientes atendida diariamente; diante disso, tornou-se necessária uma ação do setor de Educação Permanente e Humanização e Inclusão, para o levantamento do conhecimento das equipes sobre o grupo LGBTQIA+ e a oportunidade de transferência dessas informações. A ação foi realizada com embasamento em pesquisa bibliográfica recente, consultamos artigos, dissertações, relato de experiência e pesquisa exploratória para a organização da proposta da ação em nosso serviço. Utilizamos a apresentação de audiovisuais em palestra com conteúdo em formato de slides; dinâmica com uso de balões, com questões direcionadas e frases com citações para discussões, e finalizamos com a entrega de panfletos ilustrativos e outros materiais no serviço. As discussões possibilitaram a reflexão sobre os direitos LGBT, objetivando um atendimento que cumpra as legislações vigentes, focado na humanização, empatia e respeito a esta população. A ação evidenciou falhas no atendimento e a possibilidade de melhorias, gerou discussões conflitantes sobre as conquistas do grupo LGBT, revelou preconceitos e discriminações, gerando a necessidade de reorganizações no processo e no ambiente de trabalho e a inclusão do tema em ações de Educação Permanente.

Palavras-chave: LGBT; Diversidade; Inclusão; Transferência de conhecimento.

Abstract

The article describes the experience lived by the Specialty Medical Ambulatory of Itapeva, a high-resolution health center, which in various specialties, serving 15 municipalities in the southwestern region of São Paulo. It is a fact that we have a diversity of clients served daily; In view of this, action by the Permanent Education and Humanization and Inclusion sector of the service became necessary to survey the knowledge of the teams about the LGBTQIA+ group and the opportunity to transfer this information. The action was carried out based on recent bibliographic research, we consulted articles, dissertations, experience reports and exploratory research for the organization of the action proposal in our service. We use audio visual presentations through lectures with content in slide format, dynamics with the use of balloons with directed questions and sentences with quotes for discussions, and we finish with the delivery of illustrative pamphlets and other materials at the service. The discussions made it possible to reflect on LGBT rights, aiming at a service that complies with current legislation focused on humanization, empathy and respect for this population. The action showed failures in service and possibilities for improvement, generated conflicting discussions about the achievements of the LGBT group, revealed prejudices and discrimination, generating the need for reorganization in the process and in the work environment and the inclusion of the theme in Permanent Education actions.

Keywords: LGBT; Diversity; Inclusion; Knowledge transfer.

^I Josiane Gonçalves de Pontes (coordenacao.serv.inclusao@ameitapeva.org.br) é enfermeira pela Faculdade de Ciências Sociais e Agrária de Itapeva (FAIT), MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), especialista em Terapia Intensiva pela Universidade Castelo Branco (UCB), titulada em Terapia Intensiva do Adulto pela Associação Brasileira de Enfermagem em Terapia Intensiva (ABENTI), pós-graduanda em Educação Permanente e Continuada em Saúde pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), e coordenadora do Serviço de Inclusão e Humanização do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Itapeva.

^{II} Ronaldo Bernardino dos Santos (ronyenfer@outlook.com) é enfermeiro pela Faculdade de Ciências Sociais e Agrária de Itapeva (FAIT), pós-graduando em Unidade de Terapia Intensiva e Emergência pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) e atua no AME Itapeva.

Introdução

A diversidade, a equidade e a inclusão têm sido temas bastante debatidos no meio organizacional¹, visto que públicos como o de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) ainda sofrem, de maneira velada ou não, preconceitos, discriminação e marginalização². Apesar das implantações de programas e ações vindas do governo federal³⁻⁵ e estadual na tentativa de inclusão dessas populações nas políticas de saúde, sabe-se que pouco é, de fato, feito na prática.^{1, 6}

O Ambulatório Médico de Especialidades de Itapeva (AME Itapeva) foi inaugurado em 16 de agosto de 2010 e tornou-se um modelo de atendimento a esta população no governo do estado de São Paulo, atendendo 15 municípios que compõem a Rede Regional de Atenção à Saúde de Itapetininga, Itapeva, Sorocaba e região (RRAS 8) da Diretoria Regional de Saúde de Sorocaba (DRS XVI), sendo eles: Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Guapiara, Itaberá, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Riversul e Taquarivaí^{7, 8}, abrangendo cerca de 280.000 habitantes, segundo o IBGE.⁹

Este serviço tem, ainda, como compromisso principal, realizar um atendimento de qualidade e resolutivo, participando assim, efetivamente, do aprimoramento da saúde do país, tendo como objetivo tornar-se a referência da RRAS 8 no atendimento à população em especialidades médicas, não médicas, exames diagnósticos e cirurgias ambulatoriais.

Sabendo da nossa abrangência e da nossa responsabilidade social em articular e divulgar ações para o acolhimento e inclusão da população LGBT, realizamos uma ação, por meio do setor de Educação Permanente e Serviço de Humanização e Inclusão, envolvendo colaboradores, usuários do SUS e acompanhantes, com o intuito de transferir conhecimentos, “quebrar” paradigmas, desmistificar variáveis que os rondam, na desconstrução de preconceitos e estigmas, objetivando um ambiente de acolhimento, harmonia e respeito a essa população.

População LGBT

A população LGBT, diante das manifestações e movimentos ocorridos ao longo dos anos, tem incorporado outras diversidades sexuais nessa nomenclatura, sendo utilizada, hoje, a sigla LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, *queers*, intersexuais, assexuais^{10, 11}. Ressalta-se que tal sigla tem como objetivo a promoção, inclusão e a visibilidade da forma como a pessoa manifesta publicamente a sua identidade de gênero em maior proporção (orientação sexual, identidade ou expressão de gênero).¹⁰

De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a estimativa da população LGBT no Brasil é de cerca de 18 milhões de pessoas, não levando em conta pessoas intersexo e assexuais.¹²

Devido à pandemia de covid-19, o isolamento domiciliar escancarou dados não apenas sobre o desemprego entre este grupo, uma vez que muitos ocupavam vagas de emprego informais, mas também em decorrência dessa falta de renda, necessidades básicas como a de alimento e moradia ficaram comprometidas^{13, 14}. Além dos crescentes casos de violência, agressões físicas e psicológicas que assolaram esse público.

Infelizmente, ao buscar atendimento em instituições de saúde, essas pessoas geralmente são hostilizadas e sofrem violações dos seus direitos¹⁰. Por isso, ressalta-se a necessidade de um atendimento que vá além da cura de dores físicas, e inclua um acolhimento com empatia e respeito¹⁵. Esta realidade ocorria mesmo antes da pandemia, como apontou Luiz Mott¹⁶, e está enfatizada pelo relatório de Direitos Humanos Brasileiro publicado em 2020, nas ocorrências de violências motivadas por LGBTifobia¹⁷ – termo que vem sendo utilizado atualmente para referir “qualquer ação e/ou discriminação motivada pela identidade de gênero de um indivíduo¹¹ – e que passou a ser considerada crime em junho de 2019 e igualada ao crime de racismo, sujeito à punição de um a três anos de prisão, conforme prevê a Lei nº 7.716 de 1989.¹⁸

Questionam-se, então, quantos de nós, profissionais de saúde, estamos preparados para atendimento

ao grupo LGBT com a mesma qualidade que dispensamos a qualquer outro paciente? Quantos de nós tivemos abordado esse assunto em nossa grade de estudo na faculdade?¹⁹

Vários outros estudos também apontam a falta de preparo profissional e violações graves aos princípios básicos de cidadania, como a violência institucional de cunho psicológico, o desrespeito à dignidade, a recusa de permissão à doação de sangue por essas pessoas, a não aceitação de uso do nome social e a falta de acolhimento e humanização do atendimento. A persistência e a gravidade das situações de discriminação relatadas mostram que, apesar dos avanços e da existência de uma política de saúde específica para essa população, as medidas de combate ao preconceito institucional têm se mostrado insuficientes.^{11, 15}

Segundo os princípios doutrinários do SUS, a universalidade, a equidade e a integralidade pressupõem a garantia de acesso de toda a população aos serviços de saúde, em todos os níveis de assistência.¹⁹

Por isso, partindo do princípio de que saúde é um direito de todos e dever do Estado²⁰, nós da equipe do AME Itapeva, estado de São Paulo, vimos como necessário e pertinente o desenvolvimento de uma ação que levantasse as problemáticas que envolvem o atendimento e o acesso à saúde do grupo LGBT, trazendo para esta ação informações sobre a luta, os direitos conquistados e as leis vigentes, de forma a promover uma oportunidade de reflexão e discussão sobre o tema. Afinal, considera-se que a luta contra o estigma e a discriminação cabe a todos e a compreensão das diferentes experiências humanas se faz necessária para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.²¹

Metodologia

A ação envolveu o setor de Educação Permanente e o Núcleo de Humanização e Inclusão, direcionada aos colaboradores e clientes do AME Itapeva, e foi embasada em uma pesquisa bibliográfica recente que norteasse a abordagem dos direitos legais conquistados pela população LGBTQIA+.

Nos dias 25 e 26 de novembro 2020, entre 9 horas e 16 horas, foram realizados grupos de discussões em que participaram 67 profissionais de saúde, divididos em seis grupos compostos por dez participantes, e um grupo com sete.

Inicialmente, foi feita a apresentação da palestra com uso de slides para todos, conduzida por uma enfermeira experiente do serviço, quando foram distribuídas bexigas coloridas contendo em seu interior pedaços de papéis com perguntas fechadas e citações sobre o tema LGBT.

A palestra abordou:

- a) terminologias, siglas e seus significados;
- b) orientações políticas e normativas do governo federal: Política de Saúde Integral da População LGBT; Programa Brasil sem Homofobia, de promoção à cidadania; Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde; Código de Ética de Enfermagem;
- c) ações dos governos estadual e federal:
 - acesso à saúde pela população LGBT;
 - ações e serviços para alívio do sofrimento relacionado à adequação de gênero;
 - produção de conhecimento científico e tecnológico para melhoria da saúde LGBT;
 - cuidado e atenção especial com os adolescentes LGBT, garantindo sua saúde mental;
 - protocolos acerca de hormônios e implantes de silicone para travesti e transexuais, e mastectomia e histerectomia em transexuais masculinos;
 - e atendimento humanitário e integral no processo transexualizador e atenção à população.

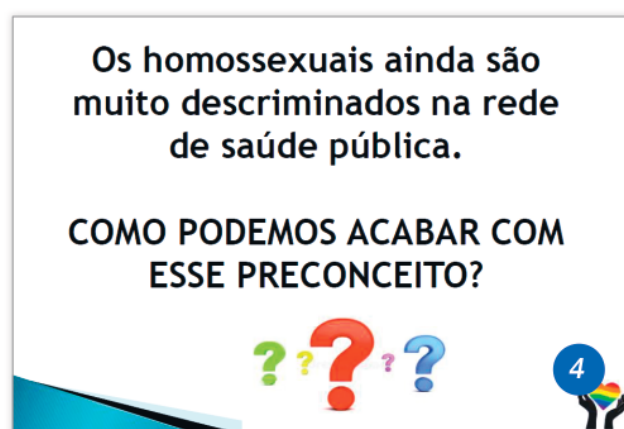
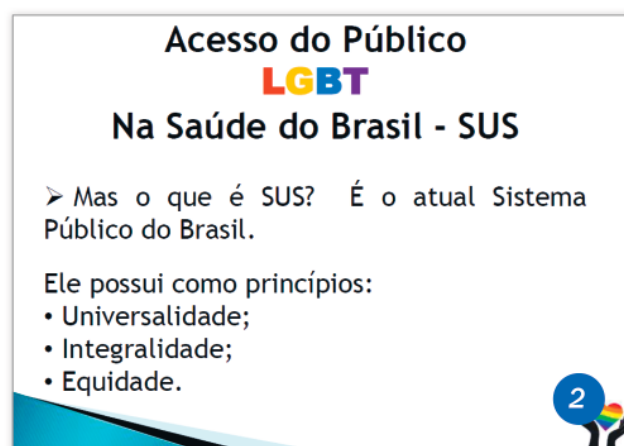
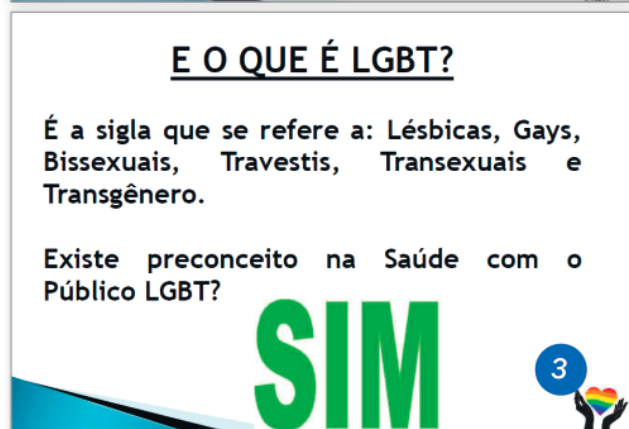
Após o final da palestra, foi solicitado que, um a um, todos os balões fossem estourados e os conteúdos dos dizeres, lidos, dando a oportunidade para que os participantes levantassem suas dúvidas, discutissem, refletissem e alinhassem melhorias a partir do explanado, conforme as questões e citações sobre liberdade, direito e amor eram lidas (Quadro 1). Para cada bexiga estourada com citações ou perguntas, era entregue um mimo ao participante. Ao final do encontro, foi entregue um panfleto ilustrativo com orientações e observações importantes para aos participantes.


Quadro 1 – Conteúdo dos papéis inseridos nos balões.

Perguntas	Frases e citações
Qual o significado da sigla LGBTQIA+ ?	Liberdade não é privilégio, é um direito.
Como podemos acabar com o preconceito na saúde pública?	Não importa a raça, religião, etnia, cultura, gênero, identidade, sexo ou o que for: o amor não possui rótulos. O amor é universal e deve ser incentivado em todas as suas manifestações.
O que é o Brasil sem homofobia pra você?	O respeito não vê cor, religião e muito menos orientação sexual. Ele é universal e cabe a nós mesmos lutar pelo direito de todos.
Você acredita que na saúde pública ainda exista preconceito contra a população LGBT? Por quê?	Saúde é para todos. É de todos.
Para você, essas ações para acabar com a discriminação e preconceito contra o público LGBT são importantes? Explique.	Ame o próximo. Se não conseguir, pelo menos RESPEITE!

Além dessas ações, também panfletos ilustrativos com informações e explicações sobre o tema, produzidos em cópia no formato de folhetos dobrados para fácil manuseio e leitura, foram disponibilizados para os profissionais treinados (Ilustração 1) e também para serem colocados em todas as recepções, para entrega em mãos ao público LGBT, explicando as ações


de saúde disponíveis e orientações sobre dúvidas mais frequentes; público para o qual, inclusive, confeccionamos um painel em madeira, instalado na entrada do ambulatório, com figuras e orientações para esta população e de modo a tornar-se visível por todos que adentrassem no ambiente.





O Adequado seria a educação da população e profissionais de saúde.

Porém, a educação e o respeito não são plenos em toda a sociedade.




5


Por isso foram criadas Medidas e Programas que garantam a equidade e o respeito.

No SUS

Quais Medidas e Programas são estes?



6



1) BRASIL SEM HOMOFOBIA


O que é?

É um Programa de Combate a violência e a discriminação contra o público LGBT.

2) PROMOÇÃO DA CIDADANIA HOMOSSEXUAL

O que ele diz sobre a saúde?

7




Possibilitar conhecimento de como atuar na saúde com o público LGBT;

Como isso acontece?

- Cursos sobre a Política Nacional de Saúde Integral para LGBT, oferecido pela Universidade do Estado do RJ (UNA-SUS UERJ): Organizado para contribuir com os profissionais da saúde, para que realizem suas ações de cuidado, promoção e prevenção à população LGBT.

8




Com **QUALIDADE** e de forma equânime.

3) POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT (Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011). É uma política para o público LGBT voltada a saúde.

O QUE É ISSO?

É uma política que busca promover a saúde integral do público LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito Institucional.

9




Bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

QUE TIPOS DE AÇÕES PROMOVEM O QUE ESTES PROGRAMAS BUSCAM?


- Ações e Serviços para alívio do sofrimento relacionados a inequação de gênero.

10




- Produção de conhecimento científico e tecnológico para melhoria da saúde LGBT.
- Fortalecimento da representação LGBT nos conselhos e conferências de saúde.
- Cuidado e atenção especial com os adolescentes LGBT, garantindo sua saúde mental.

11




- Elaboração de protocolos acerca de hormônios e implantes de próteses de silicone para travestis e transexuais e mastectomia e histerectomia em transexuais masculinos.
- Atendimento humanitário e integral no processo transexualizador.

12




O objetivo principal dessas medidas é o tratamento sem discriminação e sem preconceito.

13



“DEVEMOS TRATAR IGUALMENTE OS IGUAIS E DESIGUALMENTE OS DESIGUAIS, NA MEDIDA DE SUAS DESIGUALDADES”.



(Aristóteles)

14

Muito Obrigada



15




REFLITAM NESTA FRASE, E EM TODAS AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTA PALESTRA.



16




17



Cada balão tem uma citação ou 1 pergunta (tudo sobre o assunto) para quem estourar o balão, terá uma pergunta, se souber responder, ganha-se um doce.

Para quem tirar somente a frase e quiser ler em voz alta aos demais, também ganhará.



18

Ilustração 1 – Apresentação do folheto disponibilizado aos profissionais treinados.

Ações quanto ao uso do nome social

O quadro de profissionais atuantes no AME Itapeva é composto por 6% de pessoas LGBT, ocupando diversos cargos, incluindo de liderança. Essas pessoas utilizam nomes sociais inclusive em seus crachás e vestimentas, conforme sua identificação de gênero. Por isso, o mesmo cuidado estende-se aos nossos usuários: durante a abertura de prontuários e

o agendamento das consultas, no sistema Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), há o campo onde é inserido o nome social, o qual procuramos preencher e atentar de forma a garantir o respeito ao usuário.

Os dados do CROSS são cruzados com nosso sistema de informações, dando inserção do nome social também em nosso sistema, inclusive de agenda,

em que aparece ressaltado em vermelho, para melhor visualização por todos os profissionais do serviço.

Também alinhamos o nosso sistema de dados e adequamos o painel eletrônico em que é exposto o nome do cliente, de forma que as informações do sistema e do painel sejam as mesmas, mostrando apenas o nome pelo qual o usuário deseja ser chamado, visando evitar constrangimento e conflitos.

Essas iniciativas atendem ao Decreto nº 8.727 de 2016²², o qual orienta que é direito o uso do nome social e identidade de gênero em todos os âmbitos da administração pública federal. Assim, não apenas nos registros, mas também no tratamento, nossos profissionais são orientados em como abordar o usuário LGBT, tratando-o pelo nome social, conforme aparece no agendamento, para que possamos enfatizar a ética, o respeito, a gentileza e a empatia, tornando a experiência deste público agradável em nosso ambulatório.

Resultados e discussão

A ação realizada deu ao grupo do AME Itapeva a oportunidade de levantar problemáticas encontradas no dia a dia e transferir informações sobre a luta e os direitos conquistados ao longo de décadas pelas pessoas LGBT. Muitas pessoas da nossa equipe relataram desconhecer esses conteúdos e, com as ações feitas, passaram de receptores a multiplicadores das informações obtidas, aprimorando um olhar diferenciado na busca por melhorias no processo e no ambiente de trabalho.

Questões sobre os estigmas impostos pela sociedade foram levantadas e muitas mostraram trazer consigo culturas e crenças limitantes, necessitando de muitas conversas e orientações para a aceitação das diferenças em sexualidade e gênero, uma vez que, desde cedo, é ensinado de forma simplista que existem apenas homem e mulher ou com conceitos de gênero que apontam que meninas vestem rosa e meninos vestem azul, mostrando a necessidade de empenho na divulgação ampla das lutas, vulnerabilidades e direitos da população LGBT, para que haja a quebra desses paradigmas estruturais limitantes.

A sigla LGBTQIA+ foi uma das principais interrogações do grupo, quando perguntado sobre seu significado. O desconhecimento e o acréscimo das letras QIA+ foram uma novidade e permitiram a oportunidade de resposta a dúvidas e classificações de sexo, gênero e sexualidade, também observadas entre os usuários do serviço e seus acompanhantes.

O direito ao uso do nome social foi bastante debatido por todos os grupos, e alguns desconheciam o direito legal ao seu uso, direito este que vinha sofrendo violação, como sabemos, inclusive por desconhecimento das leis atuais¹⁰. Por isso, as ações permitiram que fosse não apenas levantada, mas superada a falha no processo de trabalho quanto ao direito ao uso do nome social, alinhando sistema de registros e painel eletrônico, de forma a cumprir o direito conquistado e evitar situações vexatórias que possam causar desconforto ao usuário LGBT.

As garantias pelo SUS de procedimentos como histerectomia, mastectomia e hormonioterapia foram os direitos que mais causaram inquietações e questionamentos, já que a grande maioria desconhecia esse fato. Da mesma forma, foi dada a explicação sobre o desejo e a necessidade de alguns usuários buscarem a realização desses procedimentos para uma completa transição de gênero, esclarecendo sobre a existência do sexo biológico e da identidade de gênero, além do sofrimento das pessoas que, apesar das características físicas de seu sexo biológico, sentem “completas com o gênero em que se identificam”, por isso a necessidade de atendê-las para suas transformações.

Um debate interessante observado foi a respeito da criminalização da homofobia, com penas de um a três anos de reclusão. Quanto a este item, houve uma calorosa discussão; muitos funcionários ainda pendem a concordar com o formato heteronormativo imposto pela sociedade, acreditando que piadas e comentários contendo ironias não deveriam ser levados a sério.

Outro ponto levantado pelos trabalhadores de nosso serviço foi a necessidade da busca de outros serviços públicos na capital do estado, por meio do sistema CROSS, para a realização da hormonioterapia, devido à falta desse serviço em nossa região – busca

essa que, muitas vezes, demora, devido à demanda ou à escassez de oferta deste procedimento.

De forma geral, a ação realizada quanto às atualizações e reorientação do AME Itapeva à população LGBT foi bem recebida pelas equipes. Observou-se ainda aproveitamento deste momento de transferência de informações entre os grupos, com oportunidade de discussão, perguntas e esclarecimento de questões antes não levantadas, seja pela falta de oportunidade, medo ou vergonha em debater o tema.

Considerações finais

Durante o levantamento bibliográfico, foram encontradas publicações sobre a falta de preparo do profissional de saúde para atendimento do público LGBT. Isso nos levou a intensificar as orientações sobre ética, respeito e cumprimento das leis vigentes no nosso serviço de saúde e essa iniciativa passou a fazer parte do cronograma de Educação Permanente e do Serviço de Humanização e Inclusão do AME Itapeva.

Mesmo com os avanços normativos, como a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e outras ações e legislações, ainda se observam práticas discriminatórias nos serviços de saúde^{10, 15}, tornando urgentes ações que melhorem as práticas de atendimento e inclusão desta população.

Verificou-se que as crenças culturais e os preconceitos quanto à população LGBT ainda estão muito enraizados nos conceitos estabelecidos no entendimento das pessoas, dificultando as discussões, e que novas informações devem ser acolhidas e disseminadas com veemência.

Outro nó crítico observado é o fato de que os usuários que buscam tratamento hormonal para a caracterização do sexo ao qual se identificam terem que ser inseridos no sistema CROSS, ficando no aguardo de vagas para a realização do procedimento em um serviço público na capital do estado, o que é insatisfatório para esta população, visto que, no interior paulista, não há serviço de hormonioterapia tal como observado na capital do estado.

Durante a busca por dados demográficos, foi observada a ausência de dados¹¹ sobre a população

LGBTIQIA+, o que dificultou precisar o número que assim se identifica. Por isso, cogita-se que seja feita a inclusão desses dados, como a orientação sexual, nas próximas pesquisas.²²

Referências

1. Treediversidade.com. Metas públicas de diversidade. Por que estabelecer metas públicas para Diversidade, Equidade e Inclusão? (Internet). Disponível em: <https://treediversidade.com.br/metas-publicas-de-diversidade/>. [acesso em: 18 jan 2022].
2. Instituto de Saúde. Bis. 2018; 19(2):1-185. (Internet). Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/issue/view/2207>. [acesso em: 18 jan. 2022].
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836 - institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Brasília; 1º dez 2011. (Internet). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html#:~:text=Institui%2C%20no%20C3%A2mbito%20do%20Sistema,Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20Integral%20LGBT\).&text=como%20sistema%20universal%2C%20integral%20e%20equitativo](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html#:~:text=Institui%2C%20no%20C3%A2mbito%20do%20Sistema,Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20Integral%20LGBT).&text=como%20sistema%20universal%2C%20integral%20e%20equitativo). [acesso em: 18 jan. 2022].
4. Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília; 2013. (Internet). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. [acesso em: 18 jan. 2022].
5. Bezerra MVR, Magno L, Prado NMBL, Santos AM. Condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no espaço social da saúde no Estado da Bahia. Cadernos de Saúde Pública. 202. 37(8): e00221420. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00221420>. [acesso em: 24 jan. 2022].
6. Mello L, Avelar RB, Maroja D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Sociedade e Estado. 2012;27(2):289-312. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>. [acesso 24 jan. 2022].

7. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. DRS XVI-Sorocaba. (Internet). Disponível em: <http://saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/drs-xvi-sorocaba>. [acesso em: 24 jan. 2022].
8. Picchiai D, Deppa RC. Ações sociais e os serviços de saúde pública dos municípios membros da Comissão Intersetorial Regional - CIR - Itapeva (SP). *Rev. Est. Soc.* 2018;20(41):31-60. (Internet). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6427>. [acesso em: 25 jan. 2022];
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. (Internet). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. [acesso em: 25 jan. 2022].
10. Santos L. Orgulho LGBTQI+: conheça o significado de cada letra e a luta por respeito à diversidade. Governo do Estado do Tocantins. Secretaria de Cidadania e Justiça. (Internet). Disponível em: <https://www.to.gov.br/cidadaniae-justica/noticias/orgulho-lgbtqi-conheca-o-significado-de-cada-letra-e-a-luta-por-respeito-a-diversidade/59vopeq232vv>. [acesso em: 25 jan. 2022].
11. Parente JS, Silva CS, Magalhães BC, Silva MMCO, Albuquerque GA. Saúde LGBTQIA+ à luz da bioética principialista. *Rev. Bioét.* 2021;29(3):630-640. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021293498>. [acesso em: 1 fev. 2022].
12. Brasil. Senado Federal. Perguntas sobre orientação sexual poderão ser incluídas no Censo. Agência Senado. (Internet). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/19/perguntas-sobre-identidade-de-genero-e-orientacao=-sexual-poderao-ser-incluidas-no-censo#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Associa%C3%A7%C3%A3o,-conta%20pessoas%20intersexo%20e%20assexuais>. [acesso em: 7 fev. 2022].
13. Lima JD. Quais os impactos da pandemia para a população LGBTI no Brasil. *Nexo*. (Internet). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/28/Quais-os-impactos-da-pandemia-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-LGBTI-no-Brasil>. [acesso em: 7 fev. 2022].
14. Santana ADS, Melo LP. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. 2021; 37:e21202. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21202a>. [acesso em: 7 fev. 2022].
15. Carvalho LS, Philippi MM. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. *Ciências da Saúde*. 2013;11(2):83-92. Disponível em: <https://www.arq-com.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/1837/2286>[acesso em: 7 fev. 2022].
16. Mott L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Rev. Est. Fem.* 2006;14(2):509-521. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200011>. [Acesso em: 9 fev. 2022]
17. Mendes WG, Silva CMFP. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência Saúd. Colet.* 2020; 25(5): 1709-1722. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>. [acesso em: 7 fev. 2022].
18. Faribei F. Entenda a criminalização da LGBTfobia. Apesar do STF ter criminalizado a conduta de discriminação, ainda não temos leis específicas sobre o tema. *Jusbrasil.com*. 2020.(Internet). Disponível: <https://faribei.jusbrasil.com.br/artigos/868811422/entenda-a-criminalizacao-da-lgbtfobia>. [acesso em: 7 fev. 2022].
19. Brown C, Mayer DK. Are We Doing Enough to Address the Cancer Care Needs of the LGBT Community? *Clin J OncolNurs*. 2015 Jun;19(3):242-3. (Internet). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26000571/>. [acesso em 21 fev. 2022].
20. Brasil. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde, SUS, princípios e conquistas. Brasília; 2020. (Internet). Disponível: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. [acesso em: 21 fev. 2022].
21. Araújo CFM. Sem dados do Censo, população LGBTI+ do Brasil continuará desconhecida por mais 10 anos. Apesar de pedidos, IBGE não incluiu no Censo Demográfico de 2021 perguntas sobre sexualidade e identidade de gênero. *Brasildefato.com*. 24 fev 2021. (Internet). Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/02/24/>

sem-dados-do-censo-populacao-lgbti-do-brasil-continuara-desconhecida-por-mais-10-an. [acesso em: 14 mar. 2022].

22. Brasil. Decreto nº 8.727 - dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília; 28 abr 2016. (Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. [acesso em: 23 mai. 2022].

